



MAIS MOBILIDADE NAS CIDADES COM O TRANSPORTE NÃO MOTORIZADO

COMPANHEIROS E COMPANHEIRAS QUE MORAM NAS GRANDES CIDADES,

Nos últimos 12 anos, os governos do PT e seus aliados fizeram um grande esforço para melhorar a vida da população dos grandes centros urbanos. Sem invadir a competência dos outros entes federativos, o governo federal passou a construir políticas nacionais para as cidades e destinar aos municípios e aos Estados verbas para que fizessem mudanças na qualidade de vida dos habitantes dos grandes centros urbanos.

O governo federal, na verdade, entendeu a urgência que o tema mobilidade passou a ter em qualquer debate sobre a qualidade de vida das populações das cidades. Corretamente, o problema isolado dos transportes para os moradores urbanos vem sendo colocado numa dimensão mais ampla: não mais o simples acesso ao transporte, mas à mobilidade, entendida como um direito do cidadão que engloba todas as formas de movimentação: tanto os transportes públicos convencionais como os meios não motorizados (pedestres e ciclistas) e a segurança no trânsito.

Em 2010, o governo lançou um programa de investimentos para a área, ampliando significativamente os fundos disponíveis para prefeituras e governos estaduais. O Programa de Aceleração do Crescimento em Mobilidade Urbana investiu R\$ 143 bilhões para a ampliação dos serviços de transportes urbanos e metropolitanos. Esses recursos se destinaram à construção de mais de 650 quilômetros de linhas de transportes sobre trilhos (Metrô, Monotrilho, VLT, Trem Urbano e aeromóvel), 3.200 quilômetros de linhas de transportes sobre pneus (BRT e corredores de ônibus) e 21 km de transporte fluvial urbano. No plano legal, várias mudanças aconteceram, com a criação e regulamentação da Lei de Mobilidade Urbana, em 2012, que estabeleceu os princípios, diretrizes e objetivos da Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei 12.587/12). Essa nova política deu prioridade ao transporte não motorizado e ao transporte público coletivo, como forma de aumentar a oferta de serviços de transporte e reverter a tendência de deterioração das condições de trânsito nos grandes centros urbanos do país.

Nos próximos 4 anos, iremos ampliar essas conquistas, promovendo o acesso amplo e democrático às oportunidades que a cidade oferece e reduzindo a poluição atmosférica, por meio da ampliação do transporte público de qualidade e do transporte não motorizado.



Nós queremos avançar com Mais Mudanças, Mais Futuro, Mais Mobilidade Urbana investindo também no transporte por bicicletas e na qualidade da circulação dos pedestres.

Assumimos com os moradores da cidade o compromisso de criar novos programas federais de apoio aos municípios na promoção do transporte por bicicletas e na melhoria da qualidade dos deslocamentos dos pedestres, como forma de democratizar a mobilidade e melhorar as condições ambientais urbanas. Para isso, nós vamos:

- Reduzir os impostos federais relacionados à produção de equipamentos de segurança para uso de bicicletas.
- Desenvolver a política industrial para o setor de produção de bicicletas, peças e equipamentos no território nacional.
- Criar programa de financiamento a juros subsidiados para a aquisição de bicicletas populares.
- Continuar e ampliar o apoio aos Estados e municípios na implantação da Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei 12.587/12), fomentando o planejamento, a elaboração de projetos e a implantação de sistemas de mobilidade urbana que priorizem o transporte público integrado com o transporte não motorizado. Essa será uma das nossas contribuições à humanização do espaço público e à democratização do acesso à cidade.
- Reduzir, com metas e ações definidas, o alto número de mortos e feridos no trânsito, ampliando as campanhas educativas voltadas para a prevenção de acidentes de trânsito, dedicando especial atenção aos mais frágeis, ou seja, pedestres e bicicletas.
- Criar um sistema nacional de pesquisa, monitoramento e avaliação das políticas públicas, da infraestrutura cicloviária e da participação da bicicleta nos deslocamentos da cidade, assim como incluir a bicicleta no censo e nas pesquisas domiciliares do IBGE, de modo a subsidiar o planejamento para o setor.
- Propor a criação de um novo programa federal para fornecer recursos técnicos e financeiros em montante crescente a cada ano, para os municípios investirem em mobilidade ciclística, implantando a estrutura viária de bicicletas, com ciclovias e ciclofaixas, e construindo bicicletários nas estações de metrô, terminais de ônibus e edifícios públicos.
- Estabelecer metas claras de aumento da participação da bicicleta na mobilidade urbana e rural, envolvendo todos os setores da administração pública federal, bem como inserir a bicicleta nas



políticas sociais, como trabalho, geração de renda, erradicação da pobreza, defesa civil, educação, saúde e moradia.

- Inserir estrutura cicloviária nas vias laterais construídas junto às rodovias federais nas revisões e nos futuros contratos com as concessionárias.
- Elaborar manual técnico com caráter normativo para subsidiar a implantação de infraestrutura cicloviária adequada pela União, Estados e Municípios.
- Investir na formação de técnicos e gestores públicos visando à qualificação das políticas de desenvolvimento ciclístico e dos projetos cicloviários.
- Incentivar o cicloturismo como forma de aumentar o conhecimento e a proteção do patrimônio histórico, cultural, artístico, paisagístico e natural.
- Instalar bicicletários adequados e vestiários nos prédios públicos federais.
- Normatizar a bicicleta como item de bagagem pessoal para fins de transporte rodoviário, ferroviário, aéreo e aquaviário no território nacional.
- Elaborar programa educativo continuado visando à criação de uma cultura de priorização dos modos ativos de deslocamento e a humanização do trânsito.
- Criar e ampliar os espaços e condições de participação da sociedade civil na formulação de políticas governamentais e nos órgãos colegiados atinentes à mobilidade e ao transporte.
- Apoiar as ações municipais voltadas para a diminuição dos conflitos no trânsito, por meio da adequação dos sistema viário e implantação de passarelas, travessias, iluminação, sinalização e outros meios voltados para promover a moderação do trânsito.
- Ampliar os recursos federais para os municípios implantarem calçadas plenamente acessíveis nos locais de grande fluxo de pedestres, articuladas com os sistemas cicloviário e de transporte público, complementadas por passarelas e travessias seguras.

DILMA ROUSSEFF

